

**Da senzala ao quarto reversível:
uma análise decolonial do romance Solitária de Eliana Alves Cruz**

*From the senzala to the reversible room:
a decolonial analysis of the novel Solitária by Eliana Alves Cruz*

Karolina DE ABREU¹

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a representação literária das dinâmicas de opressão e silenciamento social vivenciadas pela população negra brasileira no romance *Solitária*, escrito por Eliana Alves Cruz e publicado em 2022. Destaca, assim, as relações de poder entre empregados e empregadores representados na obra, explorando como a marginalização social vivenciada pelas protagonistas negras, que estão em posição de subserviência, é manifestada nesse contexto e como essa dinâmica é interpretada sob a ótica da decolonialidade. O artigo visa, dessa forma, por meio da análise literária de *Solitária* (Cruz, 2022) à luz dos conceitos de colonialidade e decolonialidade, contribuir para a compreensão crítica do modo como a marginalização social vivenciada pela negritude é retratada no romance estudado, evidenciando as mazelas do período colonial que fundamentam as relações de poder e opressão na modernidade/colonialidade.

Palavras-chave: Decolonialidade. Solitária. Eliana Alves Cruz.

Abstract

This article proposes a reflection on the literary representation of the dynamics of oppression and social silencing experienced by the Brazilian black population in the novel "Solitária" written by Eliana Alves Cruz and published in 2022. It highlights the power relations between employees and employers depicted in the work, exploring how the social marginalization experienced by the black protagonists, who are in a position of subservience, is manifested in this context and how this dynamic is interpreted from the perspective of decoloniality. The article aims, thus, through the literary analysis of "Solitária" (Cruz, 2022) in light of the concepts of coloniality and decoloniality, to contribute to the critical understanding of how the social marginalization experienced by blackness is portrayed in the studied novel, highlighting the woes of the colonial period that underpin power and oppression relations in modernity/coloniality.

Keywords: Decoloniality. Solitária. Eliana Alvez Cruz.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista CAPES. E-mail: deabreukarolina@gmail.com

Introdução

Embora seja possível afirmar sumariamente que a colonização ficou no passado da sociedade brasileira, um olhar atento às relações sociais revela que as ideologias racistas difundidas no período colonial ainda se fazem presentes e moldam de maneira profunda a estrutura social e cultural do país. Essas marcas históricas influenciam diretamente a dinâmica das relações de poder, as desigualdades econômicas, e as identidades culturais, gerando um cenário no qual as injustiças do passado continuam a ecoar no presente. Nesse sentido, Kabengele Munanga (1999) concebe que as desigualdades raciais que ainda permeiam a vida social são ocultadas pelo “mito da democracia racial”, que é baseado na ideia de miscigenação biológica e cultural entre as três raças originais e promove a ideia de convivência harmoniosa entre pessoas de diferentes classes sociais e grupos étnicos. Segundo o autor, isso permite às elites dominantes ocultarem as desigualdades e impede que os membros das comunidades não brancas reconheçam os velados mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade.

A literatura, por sua vez, enquanto manifestação artístico-literária, de acordo com Antonio Candido (2006), recebe concretamente a atuação dos fatores sociais sobre si. Logo, o preconceito racial também emergiu na representação da negritude nos textos literários brasileiros no decorrer da história, se considerarmos a Literatura Brasileira de forma metodológica e histórica a partir da chegada dos portugueses. Recorrentemente, conforme demonstra Domício Proença Filho (2004), tal representação se dá de forma marginalizadora, reforçando estereótipos que rebaixam os negros e sua cultura. Entretanto, em algumas obras, como é o caso do romance *Solitária* (2022), de autoria de Eliana Alves Cruz, representa-se as vivências dos personagens negros a partir de um olhar horizontalizado de forma a denunciar o preconceito e silenciamento a que são submetidos socialmente, pois Cruz (2022), enquanto mulher negra, possui propriedade para narrar as experiências da comunidade negra com autenticidade e sensibilidade

Solitária (Cruz, 2022), publicado em 2022 pela editora Companhia das Letras, apresenta ao leitor quais são as vivências de quem habita o “quarto reversível” (Cruz, 2022, p.14) da residência de uma família tradicional burguesa da sociedade brasileira na contemporaneidade. A narrativa, que se desenrola em torno de um crime acontecido em um apartamento de luxo e presenciado pela ex-empregada doméstica da família, conta

com o protagonismo de mulheres negras, Eunice e Mabel, respectivamente mãe e filha. Retrata-se, assim, as experiências e desafios das protagonistas durante o período em que Eunice trabalhou no apartamento de d. Lúcia e seu Tiago no edifício fictício Golden Plate, morando no “quarto reversível” da residência com sua filha Mabel. Na construção da obra, Eliana Alves Cruz (2022) denuncia que, no Brasil, pessoas que realizam serviços domésticos — geralmente indivíduos negros, como é demonstrado na trama — enfrentam silenciamento e superexploração de sua força de trabalho:

Quando ter uma empregada que dorme no trabalho passou a ser algo caro e não de muito bom-tom, os corretores de imóveis chamariam esse local da casa de “quarto reversível”, um nome para não chamar o quartinho de quartinho ou do que ele realmente era: um lugar para serviçais, criadas, babás, domésticas, amas, empregadas. Todos esses nomes que deram e dão até hoje a quem é “quase da família”. Um lugar onde estivessem ao alcance do comando de voz, do olhar, ao alcance das mãos ... A tempo e hora, vinte e quatro horas por dia. (Cruz, 2022, p. 14)

Representando literariamente o dia a dia da vida de uma empregada doméstica que precisa levar sua filha junto para o trabalho, o romance de Cruz (2022) delimita o atual cenário da sociedade brasileira em que a branquitude continua sendo, majoritariamente, detentora do poder e as pessoas negras continuam à margem da sociedade, sendo impelidas, muitas vezes, a trabalhar servindo a burguesia branca, como é caso das protagonistas. Diante disso, torna-se relevante analisar o romance à luz de conceitos como o de colonialidade e decolonialidade, que são fundamentais para entender as relações de poder e opressão que persistem na sociedade brasileira contemporânea. Almeja-se, assim, compreender como o texto emprega estratégias de resistência e de subversão às estruturas hegemônicas que sustentam a opressão racial no Brasil.

Colonialidade, racismo estrutural e marginalização

No tocante a posição social ocupada pela população negra brasileira, Lélia Gonzalez (1984) descreve que a marginalização vivenciada pela negritude é uma marca da colonização, pois, conforme a autora postula:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias

saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez, 1984, p. 232).

Dessa forma, compreendemos que, mesmo após a abolição da escravização no Brasil, a “divisão racial do espaço” (Gonzalez, 1984, p. 232) promovida no período colonial ainda fazia parte do país na década de noventa, que é a atualidade referida por Gonzalez (1984). As ideologias racistas impostas pelos colonizadores como estratégia de dominação permaneciam presentes no cerne da sociedade brasileira moldando as relações de poder. Ao considerar o cenário brasileiro contemporâneo, de acordo com os dados do IBGE referentes ao censo demográfico de 2022, observamos que dentre os 49 milhões de brasileiros vivendo em lares sem descarte adequado de esgoto, 68,6% são pessoas negras ou pardas. Logo, é escusado dizer que as postulações feitas por Gonzalez (1984) na década de noventa ainda representam uma realidade atual e alarmante.

O racismo, enquanto construção ideológica, segundo Gonzalez (2020), passou por um processo de perpetuação, pois beneficia “determinados interesses” (p.20), entre eles está o que a autora chama de “divisão racial do trabalho” (Gonzalez, 2020, p.29). A população negra é, então, submetida a sofrer superexploração de sua força de trabalho ocupando funções que são invisíveis e desvalorizadas, tal como é representado em *Solitária* (Cruz, 2022), haja visto que o romance retrata a exploração sofrida não só pelas protagonistas Eunice e Mabel, mas também por outros personagens negros que trabalham no edifício de luxo em que se localizava o apartamento de d. Lúcia e seu Tiago. Sendo assim, tendo em vista que o cenário de marginalização e silenciamento social vivenciado pela negritude denunciado na narrativa de Cruz (2022) se constitui como uma mazela do período colonial engendrada na sociedade brasileira, torna-se pertinente analisar a obra à luz dos conceitos de colonialidade, modernidade/colonialidade e decolonialidade.

No que diz respeito à colonialidade, Nelson Maldonado-Torres (2018) a descreve como “a lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (p. 40) e concebe a modernidade enquanto uma “grande revolução imbricada com o paradigma da 'descoberta” (p. 36), que é colonial desde o seu início.

Assim, o autor descreve a necessidade de mudar a forma de se referir à modernidade ocidental: “de modernidade simplesmente, como oposto ao pré-moderno ou não moderno, para modernidade/colonialidade, como oposto ao que está além da modernidade” (p. 36). Entendemos a partir de tal ótica que em um país que passou pelo violento processo de colonização, como o Brasil, a modernidade é perpassada pela colonialidade, sendo que a desumanização imposta aos povos colonizados se manifesta nas diversas esferas sociais.

Nesse sentido, de acordo com Ramon Grosfoguel (2018), a partir colonialidade o racismo é estabelecido como um “princípio organizador” (p. 66) das relações sociais e de dominação na vida moderna, organizando, assim, não apenas a divisão do trabalho, mas também das hierarquias epistêmicas. Dessa forma, compreendemos que na modernidade/colonialidade as ideologias racistas fundamentam a divisão hierárquica entre aqueles que recebem o título de “civilizados” e os que são rebaixados enquanto “selvagens”. Nos termos de María Lugones (2014), essa a diferença hierárquica entre humano (o colonizador) e não humano (o colonizado) é a dicotomia central da modernidade colonial.

Diante disso, podemos depreender que as relações de poder na modernidade/colonialidade se manifestam através de estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a desumanização das populações racializadas. Entendemos, então, que a colonialidade não é apenas um resquício histórico, mas uma dinâmica contínua que organiza hierarquicamente as relações sociais, econômicas e culturais. A lógica de desumanização descrita por Maldonado-Torres (2018) revela que a modernidade, longe de ser uma era de progresso universal, está intrinsecamente ligada e fundamentada nas práticas de dominação e exploração estabelecidas durante o período colonial. Essas práticas continuam a influenciar profundamente a distribuição do poder e dos recursos na sociedade contemporânea, criando um ambiente em que a branquitude detém privilégios estruturais enquanto as pessoas negras enfrentam marginalização e exploração.

Ademais, compreendemos que na modernidade/colonialidade o processo de desumanização, portanto, não é apenas físico, mas também epistêmico e cultural. Ele implica a negação da humanidade das populações racializadas, rebaixando suas culturas, conhecimentos e modos de ser ao status de “primitivos” ou “inferiores”. A identidade e a existência das populações negras são definidas e controladas pelo olhar e pelo poder do colonizador, levando a uma internalização da inferioridade e a uma constante luta pela afirmação de sua humanidade.

Silviano Santiago (2000) demonstra que esse processo de inferiorização dos valores epistemológicos dos povos colonizados também se manifesta na Literatura. Logo, no que concerne à produção artística na América Latina, Santiago (2000) postula que a sua maior contribuição cultural para o ocidente advém do desmantelamento sistemático dos “conceitos de unidade e de pureza” (p. 16) definidos pelos colonizadores que concediam o status de superioridade aos modelos produzidos por eles. Levando em consideração que não é possível apagar a colonização e todas as suas consequências, Santiago (2000) concebe que “o artista latino-americano aceita a prisão como forma de comportamento, a transgressão como forma de expressão” (p. 25).

Ao encontro de tal perspectiva, a transgressão enquanto forma de expressão se manifesta no romance *Solitária* (Cruz, 2022), uma vez que na obra as dinâmicas de desumanização e exploração que fundamentam a modernidade colonial são expostas pelas lentes das vivências das protagonistas Eunice e Mabel. A narrativa vinda do "quarto reversível" simboliza a persistência das hierarquias coloniais na sociedade brasileira contemporânea, em que a branquitude continua a exercer poder sobre os corpos e vidas das pessoas negras. O romance denuncia a contínua marginalização e superexploração dos trabalhadores negros, refletindo os desdobramentos da colonialidade discutidos por Maldonado-Torres (2018), Grosfoguel (2018), Lugones (2014) e Gonzales (2020). Dado o caráter crítico e denunciativo da escrita de Cruz (2022), se mostra relevante estudar a obra sob uma perspectiva decolonial, pois, conforme postulado por Maldonado-Torres (2018), “a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (p.40).

Assim, considerando que o processo de decolonização é caracterizado por Luciana Ballestrin (2013) como um “contraponto” ou uma “reposta” à tendência imposta de que o Norte Global é sempre o fornecedor de experiências e o Sul Global deve as colocar em prática, compreendemos, então, que ao propor uma análise interpretativa de *Solitária* (Cruz, 2022) por um viés decolonial não se busca o apagamento do passado colonial, mas sim analisar a representação da negritude brasileira de forma a não reforçar estereótipos e ideologias hegemônicas difundidas pelos colonizadores que inferiorizavam os colonizados, tal como sua cultura. Além disso, importa olhar para o texto buscando reflexões que questionem a organização da colonialidade, evocando, dessa maneira, a postulação de Silviano Santiago (2000) de que, na América-Latina, “Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra” (p. 17).

As mazelas do período colonial denunciadas em *Solitária* sob uma perspectiva decolonial

O romance *Solitária* (Cruz, 2022), organizado pela autora em três partes, é iniciado com a narração da personagem Mabel. Ela compartilha suas perspectivas e reflexões desde a infância, quando, junto de sua mãe Eunice, adentrou o apartamento de d. Lúcia e seu Tiago para habitar o espaço invisível da residência da família branca e burguesa: o quartinho da empregada. Na obra de Cruz (2022), a crítica social e o tom denunciativo são notados logo no primeiro diálogo entre as protagonistas, em que Mabel questiona sua mãe sobre as ações que esta tomará após testemunhar um crime no luxuoso apartamento onde trabalhou como empregada doméstica por tanto tempo.

— O que faço com essa gente toda? A senhora precisa denunciar, precisa falar ... A senhora não é escura ... — Ela me encarou com fúria. Na distância em que estávamos senti seu olhar como um tapa na cara. (Cruz, 2022, p.08)

No trecho destacado, a fala de Mabel explicita a intrínseca relação entre o trabalho doméstico na atualidade e as relações de poder que existiam entre o colonizador e os povos colonizados e escravizados no passado. É possível subentendermos que a filha de Eunice percebe que o receio de sua mãe em expor o que testemunhou referente ao acontecimento criminoso ocorrido na residência dos ex-patrões é fundamentado, possivelmente, pelo poder de repressão que pessoas brancas e burguesas, como d. Lúcia e seu Tiago, ainda exercem sobre funcionários negros e pobres. Nesse sentido, quando Mabel diz para a mãe “A senhora não é escura ...” (Cruz, 2022, p.08), compreendemos que a personagem está reconhecendo a perpetuação das estruturas coloniais e opressivas na sociedade contemporânea. Sugere-se, assim, a denúncia de que, apesar da abolição formal da escravidão, as relações de poder e a marginalização das pessoas negras ainda persistem de maneiras mais veladas e dissimuladas. Constrói-se literariamente um cenário que endossa a postulação de Lélia Gonzalez (2020) de que mulheres negras ainda exercem nas residências burguesas funções que, durante o período colonial, eram de responsabilidade da “mucama”, mas sob a denominação de “doméstica”. A insistência de Mabel em que sua mãe “denuncie” e “fale”, por sua vez, pode ser interpretada como um

apelo para quebrar, em certo grau, o ciclo de silenciamento e subjugação, buscando um caminho de resistência e empoderamento.

Na descrição dos ambientes direcionados a mãe e filha, Mabel reflete sobre a dicotomia que eles representavam em relação aos outros cômodos do apartamento luxuoso: “Reparei mais uma vez que, para quem não era patrão, tudo era “inho”: quartinho, apartamentinho, banheirinho...” (Cruz, 2022, p.30). Além disso, a jovem protagonista descreve que a geladeira dos empregados era separada da dos patrões, “Sim, havia a geladeira deles e a nossa” (Cruz, 2022, p.20). Tais fatos representados na narrativa ilustram o que Gonzalez (1984) chama de “divisão racial do espaço” e que ainda faz parte das conjunturas da sociedade atual, acontecendo até mesmo dentro dos condomínios de luxo em que pessoas negras que trabalham servindo são condicionadas a habitar espaços pequenos e muito diferentes dos espaços amplos e confortáveis destinados aos moradores brancos e ricos. Essa dicotomia evidencia como as relações de poder e status estão intrinsecamente ligadas à distribuição do espaço, refletindo as dinâmicas de opressão e segregação que historicamente marginalizaram determinados grupos étnicos. A narrativa de Mabel ressalta, assim, como mesmo em contextos aparentemente modernos e sofisticados, como condomínio de luxo fictício Golden Plate, a herança do racismo estrutural continua a moldar a vivência cotidiana, perpetuando a visão estigmatizada de que alguns espaços são naturalmente destinados a uns enquanto outros são relegados a diferentes tipos de "inhos".

O romance também denuncia que a naturalização do trabalho infantil racializado e da agressão contra pessoas negras não ficou restrita ao passado colonial. Ao lembrar sua infância, Mabel relata um episódio ocorrido durante uma festa no apartamento de d. Lúcia, que recebeu sua irmã, d. Helena. A convidada estava acompanhada do filho e da jovem babá dele, Irene, que tinha apenas 13 anos. Mabel recorda que, naquele dia, Irene precisou usar o banheiro localizado no quartinho da empregada. Enquanto Irene estava no banheiro, o menino sob seus cuidados caiu na piscina e se afogou, o que quase o levou a óbito. Esse incidente resultou na fúria de d. Helena, que agrediu a jovem funcionária:

As únicas coisas de que me lembro nitidamente são a imagem de d. Helena diante da mocinha de branco e o tapa ruidoso que deu no rosto dela antes de bater em retirada com os paramédicos e a festa inteira. Aquilo foi mais alto que o grito agudo da menina. (Cruz, 2022, p.18)

A idade da personagem Irene, que mais adiante na trama é descrita como negra, retrata que crianças racializadas podem ser forçadas a começar a trabalhar precocemente devido às circunstâncias e desafios que suas famílias enfrentam, mostrando o contraste em relação aos que são brancos e que fazem parte da elite, que são cuidados e servidos até mesmo na vida adulta. Logo, o fato de Irene trabalhar para a irmã de d. Lúcia, retrata que a força de trabalho infantil racializada é explorada pela elite branca e burguesa assim como acontecia no período colonial, em que as crianças escravizadas tinham sua força de trabalho sugada pela casa-grande desde os seus primeiros anos de vida.

Além disso, a reação violenta de d. Helena, que agride a jovem Irene após o incidente, bem como o fato de ninguém que estava no local fazer oposição a isso, destaca a desigualdade de poder e a maneira como pessoas negras, muitas vezes, são tratadas como inferiores e subalternas, demonstrando que as ideologias hegemônicas pregadas pelos colonizadores ainda estão fortemente enraizadas na modernidade/colonialidade e fundamentam a naturalização da marginalização e até mesmo, da violência física, contra a negritude.

A crítica social relacionada ao amadurecimento precoce imposto às crianças pobres e negras se reafirma quando, no decorrer da lembrança de suas vivências, Mabel reflete sobre o fato de não poder ter experimentado a infância da maneira adequada, pois, quando era muito pequena, precisava ficar no “quarto reversível” (Cruz, 2022, p.14) sem poder sair ou fazer qualquer barulho. A jovem protagonista descreve que a mãe se mostrava mais preocupada em atender às demandas de d. Lúcia do que com os cuidados com a filha, que ainda era muito nova, concluindo, assim, que “de certa forma, ela achava que eu sabia me virar melhor que d. Lúcia” (Cruz, 2022, p.13). Essa reflexão da personagem demonstra a sua consciência de que pessoas brancas e burguesas, como d. Lúcia, na modernidade/colonialidade, ainda continuam tendo o privilégio de serem integralmente servidas pelos funcionários domésticos que tem sua força de trabalho explorada, se dando ao luxo de serem, nos termos da personagem, “crianças eternas” (Cruz, 2022, p.13). Enquanto, pessoas pobres e racializadas continuam sendo destinadas a papéis de subserviência e responsabilidades precoces, haja visto que Mabel também descreve o fato de ter que ajudar nos cuidados com Camila, filha de d. Lúcia e seu Tiago. A protagonista relata que todos diziam que ela já estava “grandinha” e podia ajudar, dado que Eunice estava ocupada realizando os afazeres domésticos da residência descrita como “gigante”. Tal situação leva a narradora a refletir: “Para que gastar com mais empregadas

se tinham uma que valia por duas e vinha com uma ajudante grátis?” (Cruz, 2022, p.39). Observa-se, assim, que Mabel possuía uma visão crítica da situação de silenciamento, marginalização e exploração a que ela e a mãe eram submetidas.

A “divisão racial do trabalho”, postulada por Lélia Gonzalez (2020), é representada criticamente na narrativa por meio da construção de outros personagens negros que habitavam o edifício Golden Plate, sendo que todos eles eram funcionários dos moradores burgueses do edifício ou estavam na mesma situação de Mabel, morando com os pais no trabalho e os auxiliando. Entre eles está o filho mais velho do porteiro Jurandir, o jovem João Pedro, que é descrito como alguém que “pensava ter o mesmo direito de transgredir, a mesma ‘vista grossa’ de todo mundo para o que fazia, como acontecia com os garotos do edifício” (p.45). Tal descrição demonstra que a marginalização e a exploração racial não apenas limitam as oportunidades econômicas, mas também influenciam a maneira como as pessoas negras são percebidas e tratadas em comparação com a branquitude, pois os jovens brancos habitantes do edifício tinham os seus deslizes relevados, mas o mesmo não acontecia com o filho do porteiro, que sempre ouvia do pai: “E desde quando tu tens o direito de errar como esses garotos erram, moleque?” (Cruz, 2022, p.49). A caracterização de João Pedro como alguém que acredita ter o direito de transgredir e escapar da vigilância, assim como os garotos brancos no edifício, reflete a luta por reconhecimento e igualdade e, conseqüentemente, pela desconstrução das ideologias hegemônicas que ainda fazem parte da vida social.

Outro exemplo da dicotomia entre as vivências de pessoas racializadas e daqueles que são brancos e burgueses denunciada no romance de Cruz (2022) é que a personagem Mabel, após se envolver com João Pedro, acabou engravidando ainda na adolescência e, de acordo com a narrativa, o mesmo aconteceu com uma jovem rica habitante do edifício. É descrito que “a tal garota do apartamento 31 tinha engravidado e tirado a criança numa clínica, e sua vida seguia como se nada tivesse acontecido” (Cruz, 2022, p.49), para Mabel, entretanto, a situação foi mais penosa, pois, após receber a “ajuda” da patroa de sua mãe, interrompeu sua gestação sozinha e dentro do pequeno banheiro do quartinho da empregada.

Em relação à suposta “ajuda” de d. Lúcia, a autora insere no romance a análise de que a branquitude burguesa não vê os funcionários negros como seres humanos, mas apenas como mão de obra a ser explorada, pois o personagem João Pedro reflete que a madame não fez isso por apreço a Mabel e sim porque “esses barões aqui não querem

nunca perder duas empregadas pelo preço de uma!” (Cruz, 2022, p.62). A observação de João Pedro sobre a atitude de d. Lúcia destaca como as relações entre os empregadores e os empregados negros, muitas vezes, são motivadas pelo interesse próprio, em vez de um genuíno cuidado pelas vidas das pessoas racializadas. Essa perspectiva revela que as ações dos patrões que fazem parte da branquitude burguesa nem sempre são fruto de empatia para com seus empregados, mas frequentemente movidas pela manutenção do status e da hierarquia, em que a exploração da mão de obra é uma realidade inegável.

Na segunda parte, que é narrada por Eunice, a personagem relata de forma crítica suas vivências e percepções enquanto alguém que teve sua força de trabalho explorada. As mazelas do período colonial que ainda permeiam a prestação do trabalho doméstico são, mais uma vez, delatadas quando Eunice rememora que sua mãe, d. Codinha, se entristeceu ao saber que sua filha iria trabalhar como empregada doméstica, pois “lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas – grandes” (Cruz, 2022, p.72). Depreendemos, assim, que d. Codinha, a partir das experiências de suas antepassadas, entendia que o trabalho doméstico estava vinculado a uma história de exploração e submissão da negritude, perpetuada ao longo das gerações. Dessa forma, a resistência de d. Codinha em relação ao trabalho doméstico para sua filha Eunice pode ser interpretada como uma consciência decolonial que reconhece a necessidade de quebrar o ciclo de opressão.

O caráter crítico da obra se torna latente quando a personagem Eunice demonstra ter consciência do silenciamento que sofreu no período em que trabalhou para d. Lúcia e seu Tiago, relatando que “Além dos espaços apertados que ocupávamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar. Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é a filha dessa mulher também deve ser” (Cruz, 2022, p.89). A reflexão da protagonista corrobora a afirmação de Françoise Vergès (2020) de que o trabalho de servidão prestado, frequentemente, pela negritude feminina permanece invisível devido ao apagamento das mulheres negras que exercem tais serviços da tela social por meio da legitimação da violência e do desprezo pelo seu trabalho. Logo, a retratação da imposição do silêncio como uma qualidade desejável em uma “boa serviçal” ilustra como as pessoas negras, principalmente mulheres, são impelidas a ocupar espaços sem fazerem ouvir suas vozes, perpetuando a opressão por meio do controle sobre suas expressões e narrativas.

Sob a perspectiva de Eunice, o romance ainda traz à tona situações narrativas que representam a denúncia de Gonzalez (2020) de que a marginalização de pessoas negras

beneficia a “determinados interesses”. A empregada doméstica descreve que Mabel e o filho mais novo do porteiro, Cacau, estudavam no quartinho da empregada, pois “Se ficassem na mesa da copa, a qualquer momento os donos da casa podiam aparecer, e eu sentia que, de alguma forma, ver os dois estudando incomodava os três” (Cruz, 2022, p.88). A percepção relatada pela narradora demonstra como a segregação e a marginalização das pessoas negras servem a interesses específicos, perpetuando assimetrias de poder e hierarquias sociais, tendo em vista que a ascensão social de Mabel e de seu amigo, que também é negro e filho de um trabalhador do edifício, não é bem vista por D. Lúcia, seu Tiago e Camila, pois seria mais proveitoso para eles se os dois jovens não tivessem acesso ao estudo e fossem, assim, condicionados a trabalhar os servindo.

Diante disso, o fato de a trama retratar no início de seu desenlace a conquista da personagem Mabel de passar no vestibular de medicina se constitui, assim, como uma forma de resistência e reação contra a marginalização e a exploração sistêmica. Uma jovem racializada alcançar um lugar em um curso de medicina, tradicionalmente associado a posições de prestígio e poder, desafia a ideia de que pessoas negras e de classes mais baixas devem estar restritas a papéis de subserviência e limitadas em suas aspirações.

Outro exemplo de reação para se opor aos efeitos da colonialidade representado na narrativa é a atitude de Eunice ao ter coragem de denunciar o crime que presenciou no apartamento dos ex-patrões. Quando Mabel passou no vestibular de medicina, sua mãe se encorajou a pedir demissão do trabalho que exercia para d. Lúcia e seu Tiago, mas a ex-empregada doméstica voltou a residência de luxo para ensinar a nova empregada, que também levava seu filho para o trabalho, a fazer feijoada. A funcionária precisou sair para comprar alguns ingredientes que faltavam e pediu para Camila, filha do casal de patrões, cuidar de seu filho. Camila, entretanto, como alguém acostumada apenas a ser cuidada, foi negligente, o que resultou em uma queda da criança pela janela do apartamento. D. Lúcia, para proteger a filha, queria assumir a culpa e tentou coagir Eunice a dizer o mesmo em seu depoimento para a polícia. Entretanto, a ex-empregada doméstica resistiu à pressão e à manipulação. Ela se recusou a aceitar a narrativa imposta por d. Lúcia e escolheu a verdade, mesmo que isso implicasse confrontar a estrutura de poder que protegia os privilegiados. Ao tomar essa decisão, Eunice desafia a lógica de dominação que tenta silenciar e subverter as vozes das pessoas marginalizadas. A atitude da

protagonista pode ser interpretada como uma oposição à perpetuação do sistema que, muitas vezes, protege os brancos e privilegiados em detrimento da vida e dos direitos dos outros.

Na terceira parte, em que há a alegoria de trazer a narração em primeira pessoa dos ambientes habitados por Eunice e Mabel, ocorre o arremate da obra com reflexões críticas sobre a persistência do sistema de opressão e marginalização contra pessoas negras. A partir da narração feita pelo quarto da empregada, é possível compreendermos a relação entre aquele ambiente apertado e a opressão vivenciada pelas protagonistas que ali habitavam: “Acontece que existem prisões e prisões, mas existe uma que não tem nenhuma grade e nenhuma parede” (Cruz, 2022, p. 130). Desnuda-se, assim, que o “quartinho” habitado pelas protagonistas não representa apenas um espaço físico restrito, mas também uma metáfora da marginalização e do apagamento sistemático de suas identidades. Ao destacar a necessidade de Eunice e Mabel habitarem o quarto de forma silenciosa, sem chamar a atenção para sua própria existência, o texto revela a consolidação do sistema de opressão que se dá a partir da invisibilização e da negação de suas vozes e presenças. Nesse contexto, o “quarto da empregada” assume o papel de uma prisão invisível, onde as protagonistas são confinadas não apenas fisicamente, mas também socialmente.

Além de revelar as nuances do apagamento social vivenciado pelas protagonistas negras, a terceira parte também traça um caminho para resistência e oposição aos efeitos da colonialidade, pois, a partir da narração do “quarto do hospital”, é descrito Mabel que conseguiu, com muito custo, se formar em Medicina, subvertendo, assim, o sistema de opressão e silenciamento contra a negritude. Entretanto, é retratado que, mesmo em seu ambiente de trabalho, a protagonista presenciou um ato de racismo de um paciente que não quis ser atendido por uma enfermeira negra, que Mabel descobriu depois ser Irene, a jovem que trabalhava como babá para D. Helena.

Compreende-se, assim, que a situação de Mabel, enquanto médica, se deparar com o racismo de um paciente contra uma enfermeira denuncia como a educação e a ascensão social não são garantias automáticas de eliminação das atitudes discriminatórias. Tal fato demonstra que o sistema de opressão não se limita a barreiras econômicas, mas também se manifesta em questões raciais, corroborando, então, com a postulação de Maldonado-Torres (2018) de que a colonialidade ainda compõe a sociedade moderna e se constituiu como uma “lógica global de desumanização” (p. 40). Contudo, entende-se também que a

representação da ascensão social de Mabel, que conseguiu dar uma vida melhor para sua mãe Eunice, alude à necessidade do questionamento e da oposição aos estigmas que são naturalizados na modernidade/colonialidade e que engendram a marginalização de determinados grupos sociais. Assim, o último espaço a narrar as vivências de Eunice e Mabel é o “quarto do descanso”, descrevendo que “Eunice finalmente fechou a porta da solitária, deixando-a para sempre, e abriu a minha, a porta do consultório da dra. Mabel Pereira da Silva” (Cruz, 2022, p. 146). A transição do “quarto da empregada” para o “quarto do descanso” representa que mãe e filha não deixaram apenas de habitar o apertado quartinho da empregada, mas também se libertaram da opressão e da marginalização que d. Lúcia e seu Tiago exerciam sobre elas.

Considerações finais

“O quarto de descanso é todo aquele que tem o cheiro da nossa própria vida” (Cruz, 2022) é a frase que encerra a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, trazendo à luz a compreensão de que na modernidade/colonialidade o trabalho doméstico é marcado pelas mazelas do período colonial, pois pessoas negras ainda são condicionadas a posição de subserviência em residências da elite branca, tendo a sua força de trabalho superexplorada, o que faz com que o “quarto reversível” disponibilizado à elas não seja, de fato, um local para descanso. A obra denuncia que mulheres racializadas, como Eunice, são impelidas a deixarem suas próprias vidas de lado para cuidarem, silenciosamente, dos lares de pessoas brancas e burguesas, como d. Lúcia e seu Tiago.

Subentendemos, assim, que o título do romance faz alusão à modalidade de encarceramento da cela chamada “solitária”, em que pessoas que estão judicialmente privadas de liberdade são colocadas como forma de punição, proporcionando o sentido de que o quartinho da empregada, ou o chamado quarto reversível, que as personagens Eunice e Mabel precisaram habitar representa também uma forma severa de aprisionamento em que não só se é privado de liberdade, mas também se é submetido a condições desumanas de solitude. Nessa linha, compreendemos que essas mulheres negras viveram uma forma de isolamento, não apenas físico, mas também social e emocional. Suas vidas foram restringidas aos espaços do apartamento luxuoso em que Eunice trabalhava, local em que suas vozes frequentemente eram silenciadas.

A obra de Eliana Alves Cruz traz à luz a crítica social de que os efeitos da colonialidade agem fortemente sobre a população negra brasileira na modernidade, perpetuando estruturas de poder e exploração que remontam ao período colonial. Por meio da história de Eunice e Mabel, Cruz (2022) revela os pormenores do trabalho doméstico, muitas vezes ignorado e subestimado, mas que desempenha um papel fundamental para a manutenção da vida em sociedade.

O fato de Mabel ter conseguido, em algum grau, subverter o sistema de marginalização a que era condicionada por meio do estudo, bem como Eunice ter superado a coerção que sofreu da ex-patroa e ter falado a verdade para polícia sobre o crime que presenciou, representam exemplos de resistência e resiliência dentro do contexto de opressão da modernidade/colonialidade. É possível interpretar que tais desfechos são perpassados pelo conceito de decolonialidade, pois representam, em certo nível, o rompimento do sistema de opressão que perdura desde o período colonial em que pessoas negras são condicionadas a subserviência, marginalização e silenciamento.

O romance *Solitária* (Cruz, 2022) se constitui, assim, como uma obra que traz à tona uma representação literária verossímil de como efeitos da colonialidade fundamentam as relações de poder na sociedade moderna, em que pessoas negras ainda são silenciadas e marginalizadas. Entretanto, por meio das conquistas de Eunice e Mabel, o texto literário também elucida um caminho decolonial de resistência e oposição às estruturas de opressão que persistem desde o período colonial.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?lan>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

GROFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; GROFOGUEL, Ramon; Maldonado-Torres, Nelson (Org). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais Hoje**: Anpocs, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; GROFOGUEL, Ramon; Maldonado-Torres, Nelson (Org). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional Versus Identidade Negra. Petropolis: Editora Vozes, 1999.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados**, v. 18, n. 50, p. 161-193. São Paulo, 2004.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.